

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna no início desta legislatura, gostaria de cumprimentar e saudar em primeiro lugar o Sr. Presidente da Assembleia.

Esta saudação é também extensível a todos os Senhores Deputados e em especial aos novos que, pela primeira vez, tomam assento no Parlamento e também a todos os membros do X Governo Regional.

Começamos hoje a discutir o Programa X Governo Regional, o mesmo que o Partido Socialista submeteu aos açorianos nas eleições legislativas realizadas no passado mês de Outubro, sob o lema “Açores Ilhas com Futuro”.

Os Açorianos disseram claramente nas urnas que contam com o Partido Socialista, para continuar a defender e fazer cumprir, a Constituição da República, o Estatuto Político-Administrativo da Região e a Lei das Finanças das Regiões Autónomas, pilares da Autonomia Política dos Açores.

Os Açorianos disseram claramente que contam com o Partido Socialista, para continuar a desenvolver nos Açores políticas económicas, convergentes com os níveis de produção e de rendimento do País e da União Europeia, que tem levado à melhoria das condições de vida e bem-estar de todos os açorianos.

Os Açorianos confiaram no Partido Socialista pelo seu desempenho nos governos dos Açores e pelas suas propostas realistas e ambiciosas para o Futuro dos Açores.

Os Açorianos acreditam que o projecto do Partido Socialista é a melhor resposta para o momento presente.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Entre os vários desafios que se apresentam ao novo governo está o de garantir o património, de crescimento económico, de criação de emprego e de estabilidade das finanças públicas, deixado pelos anteriores governos da responsabilidade do Partido Socialista, reconhecido por todos, excepto pelo maior partido da oposição.

Os Açores, quando o Partido Socialista chegou pela primeira vez ao governo, em 1996, eram a região do país que apresentava o PIB per capita mais baixo, em 2001 ultrapassaram a Região Norte e em 2002 a Região Centro. Os últimos dados referentes às Contas Regionais – Novas NUTS – para os anos de 1995 a 2006, divulgados, pelo INE, em Agosto de 2008, destacam que no período de 1995 a 2006, o PIB per capita dos Açores cresceu 96%, quase duplicando o seu valor em 11 anos, superando a média nacional de 73%.

No período mais recente 2002 – 2006, o PIB pc dos Açores cresceu a uma taxa de 18%, enquanto que a média nacional foi de 12%.

Em 11 anos verificou-se a convergência para a média nacional de 11 p. p. e, no período mais recente de 2000 a 2006, essa convergência foi de 10 p.p.

A nossa convergência não se deu apenas com o país, mas também com a União Europeia. No período 1996 – 2006 relativamente à média da UE a 27, em paridade de poder de compra, os Açores convergiram 7 pontos percentuais, enquanto que o país neste período não conseguiu convergir.

Relativamente ao Rendimento das Famílias, o crescimento do rendimento Disponível dos residentes dos Açores no período de

1995 a 2005 foi 75,1%, sendo superior ao crescimento de todas as regiões do país situando-se a média nacional de crescimento em 57,7%. Num período mais recente, 2001 a 2005, a taxa de crescimento nos Açores é de 14,8% enquanto a média nacional é de 13,5%. Importa lembrar que em 1995 eram os Açores a região que apresentava o rendimento mais baixo do país e hoje estamos à frente das regiões Norte, Centro e Alentejo.

Os dados do inquérito ao emprego do INE, do 3.º trimestre de 2008, demonstram que na Região houve uma evolução favorável que se reflectiu no aumento acentuado da população empregada e na diminuição trimestral da taxa de desemprego simultaneamente com o aumento da taxa de actividade, voltando a Região a registar a mais baixa taxa de desemprego do país (5,2%), quando a média nacional se cifra nos 7,7% e as regiões do Norte e do Alentejo apresentam taxas na ordem dos 9,1%.

A população empregada no 3.º trimestre de 2008 estimava-se em 113 121 indivíduos, valor muito superior ao verificado em 1995, que era de 86.930 trabalhadores. Nos últimos doze anos foram criados 21 700 novos postos de trabalho, sendo na sua grande maioria criados por empresas privadas.

A taxa de emprego (15 a 64 anos) foi de 65,8% no 3.º trimestre de 2008, em 1995 era 55,7%.

A estabilidade das nossas finanças públicas foi e continuará a ser no futuro uma marca dos governos socialistas, ainda agora, uma das mais prestigiadas agências internacionais de notação de “rating” – a Moody’s Investors Service – procedeu a uma análise muito positiva da situação económico-financeira da Região, atribuindo a notação de “rating” de Aa3, apenas um nível abaixo da atribuída ao Estado Português, classificação que corresponde à quarta melhor posição numa lista de 21, demonstrativo da boa capacidade da Região para garantir o cumprimento das suas responsabilidades financeiras.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Para o próximo quadriénio existem dois instrumentos fundamentais ao nível do enquadramento financeiro da Região, para além das suas receitas próprias, a Lei das Finanças das Regiões Autónomas e o Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA), relativamente à primeira importa continuar a reforçar diálogo e os mecanismos de acompanhamento da sua aplicação, dado que esta tem conferido um quadro de estabilidade e de segurança na preparação e execução das políticas públicas regionais.

Quanto ao Quadro de Referência Estratégico dos Açores (QRESA, este traça um conjunto de objectivos e medidas que serão desenvolvidas na sua maioria nesta legislatura. A este está associado um conjunto de verbas que servirão de alavancagem do investimento público e privado, por isso o programa do governo define um conjunto de medidas que têm em vista a maximização dos seus efeitos, indo ao encontro das políticas de coesão da União Europeia.

No domínio das suas receitas próprias a Região tem obtido um crescimento sustentado e permanente, fruto do aumento do emprego, do rendimento das famílias e dos resultados líquidos das empresas, importa continuar a reforçar a qualidade e o rigor do apuramento integral das receitas imputáveis à Região, designadamente das receitas fiscais efectivamente geradas no território regional.

Para esta legislatura na área fiscal impõe-se como medida bastante pertinente o assumir da defesa intransigente, quer junto das instâncias nacionais, quer das comunitárias, da manutenção e/ou reforço de uma política fiscal diferenciada na Região, designadamente nas taxas dos impostos indirectos (IVA, ISP, I s/ Tabaco e IABA) e também nas taxas dos impostos directos (IRS e IRC).

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

O X Governo Regional iniciou as suas funções num período de turbulência financeira e económica nacional e internacional, cujos efeitos têm fortes repercussões no consumo, afectando a actividade empresarial, por isso um dos seus primeiros desafios e que tem mobilizado muito do seu trabalho foi o de criar as condições que ajudem o tecido empresarial açoriano a enfrentar e minorar os seus efeitos.

Soluções para ultrapassar a situação já foram apresentadas pelo Presidente do Governo, com as quais os responsáveis pelas Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores se congratularam, que irão beneficiar todas as empresas e o tecido económico e laboral da Região.

Soluções que passam pelo aumento da liquidez das empresas, pelos apoios ao investimento, à manutenção de postos de trabalho e à formação profissional.

Para o sucesso de tais medidas contamos com a confiança dos nossos empresários nos seus negócios, pelo que o governo aposta em duplicar já em 2009 e nos próximos cinco anos, as dotações orçamentais destinadas ao investimento privado, não descurando, tal como está a ser feito em muitos espaços económicos, que uma das respostas passa também, pelo aumento da despesa pública de investimento, pelo que em 2009, esta crescerá em pelo menos 10%, relativamente ao corrente ano.

Em consequência da subida exponencial do preço dos combustíveis, do aumento da procura mundial de bens alimentares e da subida das taxas de juro foram anunciadas várias medidas aquando da aprovação do orçamento regional de 2008 e que foram sendo aprovadas ao longo deste ano, cujos efeitos terão o seu maior impacto no próximo ano. Se tivermos em conta que as razões

que levaram à tomada daquelas decisões se alteraram com o efeito da crise financeira e económica internacional é de prever que o próximo ano trará às nossas famílias um aumento do seu rendimento disponível.

As medidas e soluções que foram e têm sido desenvolvidas para as empresas e famílias são um sinal de que o governo não se rende às dificuldades mais ou menos conjunturais a que a região está sujeita.

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente do Governo  
Senhoras e Senhores Membros do Governo

Estamos confiantes quanto ao nosso futuro.

Porque:

Confiamos nos Açores pela sua estabilidade política e pela sua estabilidade económico-financeira.

Confiamos nos Açores pela juventude da sua população cada vez mais qualificada.

Confiamos nos Açores pelas suas gentes, pelos seus recursos naturais, pela sua posição geoestratégica, pelas suas infraestruturas, características potenciadoras do aparecimento e do incremento de novas áreas ou sectores de actividade económica,

Confiamos nos Açores pelo seu sistema de incentivos ao investimento privado e pela sua menor carga fiscal.

Confiamos nos Açores por ter um governo com rumo, com objectivos e com medidas de orientação política económica que farão mudar os Açores para melhor.

Confiamos nos Açores porque “Os Açores são Ilhas com Futuro”.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Dezembro de 2008

José de Sousa Rego